SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local
Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 20 de março de 2012

Manaus, terça-feira, 20 de março de 2012

A CRITICA
sim & não 1
OPINIÃO

A CRITICA
Estado cria grupo de trabalho 2
POLITICA

A CRITICA
TECNOLOGIA 3
ECONOMIA

A CRITICA
Aficam 'provaca' a Seplan 4
ECONOMIA

A CRITICA
Para garantir o crescimento 5
ECONOMIA

A CRITICA
EM MANAUS 6
ECONOMIA

A CRITICA
MERCADORIAS E INSUMOS 7
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Concessão de 'descontos' de ICMS preocupa Estado 8
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Receita ultrapassa os R$ 38 mi 9
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
ABEVD 10
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Apagão gera perdas na indústria e lojistas estimam danos de R$ 7,5 mi 11
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Sefaz estima queda de até 10% na arrecadação de tributos em março 12
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Em 2011, um em cada cinco produtos consumidos no País foi importado 13
ECONOMIA

sim & não

PINGA FOGO

MDIC O PIM, desprestigiado pela gestão Fernando Pimentel no MDIC, recebeu o primeiro sinal de que poderá se livrar do ministro antes do fim do Governo Dilma. O senador Blairo Maggi (PR-MT), que já trabalhou no Amazonas, faz circular que pode aceitar a pasta do Desenvolvimento.

Mensagem A mensagem de Blairo foi direcionada ao senador Eduardo Braga. A proposta do parlamentar mato-grossense é que, já que o Planalto não aceita mudança no Ministério dos Transportes, ele se contentaria com o MDIC.

✖ A terça-feira no Senado será importante para o Amazonas. A Casa vai discutir projeto que uniformiza o ICMS para produtos importados.

✖ A CGU e o TCU pediram informações da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra) sobre os portos que foram construídos no interior do Amazonas.

Estado cria grupo de trabalho

Comissão dispõe de 30 dias para preparar projeto de lei sobre os procedimentos da divulgação de documentos públicos

ROSIENE CARVALHO
rosienecarvalho@acritica.com.b

A dois meses da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, o Governo do Amazonas criou comissão especial para regulamentar as novas regras no Estado. A lei federal nº 41/10 foi sancionada em novembro passado pela presidente Dilma Rousseff (PT) e passa a valer no dia 16 de maio. União, Estados e municípios, além dos poderes Legislativo e Judiciário, terão que se adequar a várias regras em dois meses.

A lei criou regras importantes para o acesso à informação que vão além dos polêmicos documentos secretos da época da ditadura militar, por exemplo. A partir de maio, qualquer órgão que dificultar o acesso à informação pode ter o gestor enquadrado num processo de improbidade administrativa.

Nos seus 47 artigos, a lei de acesso à informação indica parâmetros para tornar mais transparente a administração pública. E é justamente nesse ponto que o Amazonas, e os demais Estados do País, estão com atraso na regulamentação.

A comissão criada pelo Decreto nº 32.197, publicada no Diário Oficial do Estado da última sexta-feira, tem como objetivo elaborar normas estaduais relativas ao acesso a informação. O decreto não dá qualquer indicação de quais medidas o Governo do Amazonas está tomando para dar maior transparência aos dados públicos.

Rubilar Santos: 6/jul/2011

Governador em exercício, José Melo, assinou decreto que instituiu equipe responsável pela regulação da nova regra

Fim do sigilo eterno

Composto por 47 artigos, a lei indica que documentos classificados como ultrassecretos reduzam o prazo de sigilo de 30 para 25 anos. A novidade é que não haverá mais a ampliação eterna de prazo para acessos aos documentos. O limite determinado pela lei é de prorrogação por apenas 25 anos. A contagem do tempo para o final do prazo será a data de produção do documento. Para os classificados como secretos, será de 15 anos. O prazo dos documentos reservados será de cinco anos.

O prazo para responder aos requerimentos da população é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais dez mediante justificativa. Caso o órgão não disponha dos dados para informar, tem a obrigação de orientá-los onde os dados podem ser encontrados.

O procurador-geral do Estado, Clovis Smith, que faz parte da comissão, avaliou que o Governo Estadual terá menos dificuldades para implementar a lei que os município do interior. "O Estado tem uma administração bem aparelhada. Já tem uma estrutura que os municípios do interior não têm", declarou.

Para o procurador, o Governo do Amazonas já fez muitos avanços no setor no sentido de dar maior transparência aos atos públicos.

Ele disse que a comissão deve ser reunir esta semana para dar celeridade aos trabalhos. Clóvis Smith afirmou que a expectativa é que a lei que regulamenta o acesso à informação no Estado possa ser encaminhada para à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM) antes de 14 de maio.

"Não tem uma previsão muito certa porque a comissão não se reunião ainda. Mas vamos estudar para fazer uma lei dentro do que a legislação federal prevê", declarou Smith.

Em 8 de fevereiro deste ano, o presidente da Associação Amazonense dos Municípios (AAM), Jair Souto, disse que os municípios vão enfrentar dificuldades para implementar a lei. Ele listou como principais problemas a Internet precária e a ausência de profissionais capacitados para atualizar e armazenar dados em tempo real. Souto, que é prefeito de Manaquiri, atribui à Internet de baixa qualidade a principal causa do descumprimento da lei no interior.

Governo Federal está atrasado

O atraso na adequação para disponibilização de dados não é uma realidade só do Amazonas. Em todo País, os órgãos públicos estão correndo contra o tempo para se adequar à Lei de Acesso à Informação.

Técnicos do Ministério do Planejamento organizaram, em Brasília, mutirão para implementar as recomendações no prazo estabelecido. A coordenadora do comitê gestor responsável pela lei no ministério, Enid Rocha, analisa que o curto prazo é um dos maiores desafios a serem vencidos.

O ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, que coordena a implementação da lei em vários órgão do Governo Federal , disse no último dia 15 de março que o cronograma está sendo cumprido "dentro do possível". A explicação para as dificuldades da administração federal se adaptar às novas regras é o curto tempo.

"O cronograma vai indo muito bem, dentro do tempo extremamente exíguo que nós temos".

TECNOLOGIA

Software fabricado na ZFM

Symantec, que produz o Norton AntiVirus, agora fará isso por meio de sua parceira Rymo Sonopress

A Norton da Symantec, líder mundial no mercado de segurança da informação, anunciou a fabricação no Brasil de toda a sua linha de produtos Norton, entre eles, o Norton AntiVirus, em parceria com a Rymo Sonopress, que tem fábrica instalada no Polo Industrial de Manaus (PIM). Com o novo modelo de produção, agora local, o prazo de entrega dos produtos após solicitação feita pelo distribuidor sofrerá uma redução de mais de 70%, ou seja, de 25 dias para 7 dias, o que simplifica o acesso e a disponibilidade das soluções às revendas de todo o País.

No modelo empregado anteriormente, o pedido era feito diretamente para os Estados Unidos, onde o produto era manufaturado e então importado para o Brasil, o que ocasionava possíveis atrasos e uma relação menos vantajosa de custo-benefício.

"A maior velocidade na resposta ao parceiro Norton da Symantec amplia a eficiência do distribuidor, que deve aumentar a quantidade de pedidos ao longo do ano para expandir cobertura e reforçar a presença nas praças tradicionais", aponta Fabiano Tricarico, diretor de vendas da Norton da Symantec para a América Latina.

Ainda, com o produto mais acessível, facilita o controle e gerenciamento de estoque dos canais e remove da equipe Norton da Symantec a corresponsabilidade de gerir o processo logístico junto ao distribuidor. Outra vantagem do novo modelo está no tempo de lançamento dos produtos, que demorava em média 30 dias para chegar ao Brasil. Agora, os novos produtos estarão disponíveis no mercado nacional praticamente em conjunto com os Estados Unidos, o que promove maior facilidade nas ações promocionais junto aos pontos de venda da linha Norton de todo o País. "Se antes precisávamos apoiar o parceiro para obter as caixas de produto Norton, agora conseguimos focar mais no que realmente gera valor: ações de marketing em linha com os interesses do comprador potencial nas revendas", completa o executivo.

Busca rápida

Empresa é líder de mercado

A Symantec é líder mundial no fornecimento de soluções de segurança, armazenamento e gerenciamento de sistemas para ajudar consumidores e organizações a proteger e gerenciar suas informações no mundo conectado. Os softwares e serviços da empresas protegem contra mais variados riscos.

Aficam 'provaca' a Seplan

Empresas do setor componentista do Polo Industrial de Manaus querem maior atenção da Secretaria de Planejamento

CIMONE BARROS
cimone@acritica.com.br

Como aconteceu na semana passada, hoje o secretário de Estado do Planejamento, Aírton Claudino, voltará ao Polo Industrial de Manaus (PIM) para visitar mais duas empresas: Pelmex, empresa que fabrica molas para colchões, e a GK&B, que produz cabo de força e chicote elétrico para a o setor Eletroeletrônico e Duas Rodas. Ele fará isso na companhia da direção da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do PIM, Cristóvão Pinto.

A Associação das Indústrias de Componentes do Amazonas (Aficam) tomou essa iniciativa para mostrar algumas das dificuldades enfrentadas pelo setor componentista, razão pela qual está pedindo à Seplan aumento no crédito estímulo e adequações de Processos Produtivos Básicos (PPBs). O PIM congrega cerca de 60 fábricas componentistas, que, juntas, empregam 15 mil pessoas, porém o segmento sofre constantes ataques, especialmente em função da invasão das importações e da valorização do Real.

"Vamos entregar um relatório da situação das componentistas e mostrar as empresas para o secretário, para que ele conheça os nossos problemas e veja o que dá para fazer. Precisamos que as empresas de bem final comprem mais componentes no mercado local", disse Cristóvão Pinto.

De acordo com o sócio-diretor da GK&B, Renato Wagner, o maior problema do setor de componentes eletroeletrônico é a falta de competitividade, sobretudo em função da valorização do real. Os componentes fabricados aqui ficam, em média, 30% mais caro do que os importados da Ásia, especialmente da China. "No momento precisamos do governo algum estímulo fiscal para o bem final consumir componentes produzidos na Zona Franca de Manaus".

Renato é sócio-diretor de três empresas, que juntas já somaram 2 mil trabalhadores no quadro, hoje reduzidos a 1.050 postos. A GK & B da Amazônia Ltda, a RCA da Amazônia Ltda (produz cabo de dados para celular e chicote elétrico para o setor automotivo) e a GK & B-ECO da Amazônia Ltda (produz calço em papelão) produziam há cinco anos 100 milhões de peças por ano, agora estão reduzidas a metade.

IMPORTAÇÕES

Para se ter ideia, nos últimos cinco anos praticamente dobrou o valor das importações para o Amazonas, enquanto as exportações tiveram um aumento de pouco mais de 20%. Em 2012, os empresários importaram US$ 12,7 bilhões ante US$ 6,8 bilhões em 2007, um aumento de 86,1%. Já em relação às exportações, o Amazonas alcançou US$ 1,1 bilhão, em 2011, o equivalente a 8,7% das importações e um incremento de 21% comparado às exportações de 2007. Nesse intervalo de cinco anos, o faturamento do PIM pulou de US$ 25,6 bilhões para US$ 41,07 bilhões, um incremento de 60%, de acordo com Indicadores de Desempenho Industrial da Suframa.

Antonio Lima/29/Abril/2011

O setor de Duas Rodas do Polo Industrial de Manaus é um dos que dependem cada vez mais do adensamento da empresas do ramo componentista

Juca Queiroz/19/Dez/2011

Aírton Claudino, titular da Seplan

Bruno Kelly/14/Out/2010

Cristóvão Marques Pinto, da Aficam

Saiba mais

>> Prejuízo

Para o doutor em economia, Marcos Cintra, reduzir a carga de impostos sobre a folha de salários é uma das necessidades mais urgentes para aumentar a competitividade da produção brasileira. Lembra, entretanto, que a desoneração com base na substituição do INSS patronal pela contribuição sobre o faturamento trouxe prejuízo maior para setores dotados de um parque tecnológico moderno e para aquelas empresas que terceirizam parte expressiva da produção.

Blog

Renato Wagner Sócio-diretor GK&B

"As expectativas não são boas, janeiro e fevereiro foram de baixa demanda, no entanto, estamos acreditando que os estímulos do governo, por exemplo, quanto a desonerar a folha de salário, relativo aos 20% do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), parte da empresa, substituindo-os por 0,8% do faturamento, chegue ao setor de componentes eletroeletrônico. Trata-se de um setor intensivo em mão-de-obra, cujo custo com pessoal chega a 30% dos custos totais de produção. Ademais, precisamos destacar uma aspecto do setor, pois nossos colaboradores em geral são jovens que têm sua primeira oportunidade de trabalho. Esses jovens chegam às nossas empresas sem nenhuma experiência, são contratados e passam por 60 dias de treinamento antes de irem para a linha de produção. Mantemos em nosso quadro 60 menores aprendizes".

Para garantir o crescimento

A desaceleração da indústria brasileira em 2011 foi fruto da elevação dos juros e restrições ao crédito, medidas estas adotados pelo Governo para conter a escalada inflacionária que se desenhava. Entretanto, parece que a dose foi excessiva, pois provocou acentuada desaceleração da economia, refletida no PIB de 2011 que obteve crescimento de apenas 2,7%.

As projeções para 2012, em que pese o otimismo do Governo, eram de um crescimento moderado, haja vista a crise na Europa ter recrudescido e os Estados Unidos continuarem patinando na sua arrancada para reativar sua economia.

Os reflexos no mundo globalizado logo chegaram ao Brasil, representados principalmente pela enxurrada de dólares que ingressavam no país provocando a supervalorização do real.

Consequentemente, o país foi invadido por produtos importados, tendo em vista os preços baixíssimos que retiram a competitividade da indústria brasileira no mercado interno e, principalmente, nos mercados externos.

Resultado: nossa indústria diminuía sua produção, perdia espaço no consumo interno que era alimentado pelo crescimento das importações.

Essas perspectivas pouco alvissareiras levaram o governo brasileiro a reagir com medidas que visam recuperar a trajetória econômica que ostentava em 2010.

Devido ao cenário, reduziu a Selic em 0,75 pontos, para segurar a supervalorização do real, efetuou mudanças tributárias no IOF, reduziu o custo dos encargos da folha de pagamento e o Banco Central, complementando as ações, vem intervindo no câmbio e reduzindo a taxa Selic.

Não resta dúvida, são medidas que têm por objetivo ativar a economia para gerar um PIB em 2012 acima de 3,5% e manter a inflação dentro da meta estabelecida. No curto prazo, essas medidas surtem efeito e dão fôlego à indústria nacional, entretanto, no médio e longo prazo deve ser atacada de frente a perda da competitividade, com a redução do custo Brasil. Problemas como carga tributária excessiva, logística precária, burocracia etc. tornam o produto brasileiro mais caro. O Estado do Amazonas e o seu parque industrial sofrem também todos esses percalços que prejudicam o seu desempenho econômico.

Pensando evitar esses obstáculos, o Governo do Estado elabora um plano estratégico de longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico estadual, da mesma forma, as classes empresariais também estão empenhadas em elaborar um plano de ação que municie, tanto o governo federal como o estadual, na estratégia desse planejamento, para podermos explorar novas alternativas de produção e excluir os entraves que impedem o desenvolvimento sustentável do Estado e da indústria local.

Frases

"O Amazonas e o seu parque industrial sofrem também todos esses percalços que prejudicam o seu desempenho econômico."

Antonio Silva

e-mail: fieam @fieam.org.br

EM MANAUS

Em fevereiro, Semef arrecada R$ 38,7 mi

Dados foram divulgados ontem com destaque para a arrecadação de ITBI

Em fevereiro, a receita tributária do Município de Manaus passou dos R$ 38 milhões e registrou um leve crescimento de 4,4% em relação ao ano passado. De acordo com o secretário municipal de Finanças, Planejamento e Tecnologia da Informação (Semef), Alfredo Paes, o porcentual tímido deve-se à quantidade de dias úteis no mês, que este ano foi menor em fevereiro por conta do carnaval. "Ano passado o carnaval foi realizado em março", lembrou o secretário Alfredo Paes.

De todos os tributos municipais, o destaque, segundo a Semef, foi para o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que arrecadou mais de R$ 3,2 milhões neste segundo mês de 2012 e superou em quase 32% o montante arrecadado no ano passado. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) manteve o mesmo patamar de 2011 e gerou receita de R$ 29,8 milhões aos cofres municipais.

EVOLUÇÃO

A evolução das transferências correntes provindas do Governo do Estado e da União também foi tímida e demonstrou, segundo dados da Semef, crescimento de apenas 6%. Em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) o repasse representou montante de R$ 72,7 milhões em fevereiro.

No quadro global, incluindo arrecadação própria e repasses, a receita da Prefeitura de Manaus chegou a R$ 183,6 milhões, superando em mais R$ 6,7 milhões o montante do ano anterior.

ACUMULADO

Ao comparar com as cifras registradas em 2011, a receita tributária municipal já obteve avanço superior a 11% e gerou soma de R$ 86,3 milhões neste primeiro bimestre. Alfredo Paes diz que o montante pode ser justificado pelo excelente desempenho do ISSQN, que arrecadou R$ 67,7 milhões nestes dois primeiros meses de 2012 e sozinho representou fatia de 78,4% do total de receita acumulada.

No bolo total, incluindo receitas próprias e repasses, a soma já chega a R$ 401,7 milhões, o que significa uma evolução de 13,4% comparando com o ano anterior, quando a arrecadação global somou R$ 353,9 milhões nesse mesmo período.

MERCADORIAS E INSUMOS

Importados: maior presença

Pesquisa feita pela CNI mostra que eles entraram forte no mercado brasileiro no ano passado

Praticamente um em cada cinco produtos industriais consumidos no Brasil em 2011 foi importado, nível recorde. O coeficiente de penetração de importações, que considera tanto o consumo final das pessoas quanto o de insumos pela indústria, mostra que 19,8% dos bens industrializados no País vieram de fora. As informações são da pesquisa Coeficientes de Abertura Comercial, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgadas ontem.

O recorde de 19,8% da participação de importados no mercado brasileiro representou uma alta de 2 pontos porcentuais sobre o coeficiente de penetração das importações de 2010. Dos 27 setores industriais analisados, 21 registraram elevação no coeficiente de 2011 frente a 2010. Os segmentos com maior crescimento foram ópticos, informática e eletrônicos – sobretudo equipamentos de comunicação, como celulares – derivados de petróleo e biocombustíveis.

A participação de insumos importados na indústria brasileira – matérias primas, máquinas e equipamentos - também bateu recorde, com 21,7% em 2011. O valor foi 2,6 pontos porcentuais maior que em 2010 e 0,4 ponto percentual acima do registrado em 2008, ano do recorde anterior da série. Para 24 dos 27 setores analisados, houve aumento nesse coeficiente. Os segmentos de informática, eletrônicos e ópticos foram também os que tiveram a maior alta de consumo de importados na produção – 17,8 pontos porcentuais – alcançando 76,7% do total de insumos usados no ano passado.

Reprodução/Internet

Carlos Castelo Branco, da CNI

O gerente-executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, atribuiu o recorde no coeficiente de penetração das importações à valorização cambial, ao consumo interno, aos incentivos do ICMS às importações e aos chamados custos sistêmicos, como a elevada carga tributária, a infraestrutura deficiente e os juros altos. Prevê que a tendência é este coeficiente aumentar em 2012. "Se nada for feito para atenuar os custos sistêmicos, o quadro deve se agravar, com o baixo desempenho da indústria este ano", assinalou.

Concessão de 'descontos' de ICMS preocupa Estado

Com o intuito de atrair novas empresas, Estados concedem, à revelia da lei, incentivos que alcançam 100% no imposto

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Prestes a ter as leis de incentivo invalidadas, governos de outras unidades da Federação acirram a guerra fiscal, principalmente, com o Amazonas, ao ampliar descontos a até 100% da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para atrair novas empresas. A estratégia acendeu o sinal de alerta no Estado.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais 23 formas de incentivos fiscais que envolvem redução de ICMS editadas por diferentes governos para conquistar as empresas para seus respectivos Estados.

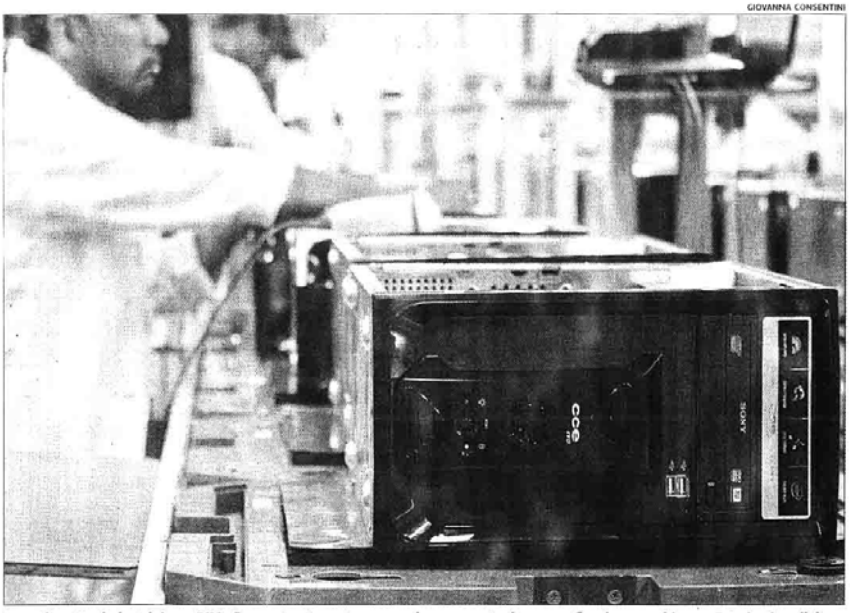
De acordo com o titular da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM), Isper Abrahim, o governo tem monitorado de perto toda nova legislação tributária surgida país afora. Isto porque, segundo ele, mesmo "blindado" pela Constituição Federal, que garante vantagens fiscais ao Estado até 2023, o Amazonas constantemente sofre ataques que podem prejudicar a indústria local. "A falta de uma política industrial nacional favorece a existência de uma guerra fiscal generalizada. Porém, os outros Estados só podem conceder qualquer benefício se houver a aprovação no Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e tem que ser unânime, com a exceção para a Zona Franca de Manaus (ZFM)", enfatiza o secretário.

Conforme dados da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), desde 1999, o Amazonas já ingressou com seis Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) para proteger a Zona Franca de Manaus, a maioria contra o Estado de São Paulo. Nenhuma dessas ações transitou em julgado até hoje. A última Adin movida, que foi ingressada em outubro do ano passado contra o ato do governo paulista que concedeu incentivos tributários com a redução da alíquota do ICMS para a produção de tablets em São Paulo, ainda aguarda julgamento, mesmo com parecer favorável do Ministério Público Federal (MPF). "Geralmente, os incentivos concedidos são de dois tipos: um é por meio da redução de base de cálculo e o outro por meio da concessão de crédito presumido", explicou o subprocurador-geral adjunto do Estado, Leonardo Blasch.

DECISÃO

Supremo Tribunal Federal julgou, em junho passado, 23 leis de incentivo fiscal inconstitucionais. As legislações tratavam de redução de ICMS para atrair novos investimentos empresariais

GIOVANNA CONSENTINI



Investimentos industriais no PIM são constantemente ameaçados por conta da guerra fiscal promovida por Estados brasileiros

Adin contra São Paulo tramita há 13 anos

Segundo o procurador-geral adjunto do Estado, Leonardo Blasch, a ação mais antiga movida pelo Estado é a Adin de nº 2.399, apresentada contra a Lei de Informática de São Paulo O processo, que tramita há 13 anos, já está concluso ao ministro-relator do STF, Marco Aurélio Melo, e tem parecer desfavorável do MPF, que opinou pela improcedência do pedido.

Para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o modelo zona franca está protegido e que, apesar das ameaças, o Polo Industrial de Manaus (PIM) consegue registrar aumento no número de novos projetos aprovados. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, alertou que o acirramento da guerra fiscal pode levar à criminalização de chefes de Estado.

Receita ultrapassa os R$ 38 mi

Receita ultrapassa os R$ 38 mi

Com um crescimento de 4,4% frente a fevereiro de 2011, a receita tributária do município alcançou cifras acima de R$ 38,7 milhões no mês passado. De acordo com o Secretário Municipal de Finanças, Planejamento e Tecnologia da Informação (Semef), Alfredo Paes, o porcentual tímido deve-se à quantidade de dias úteis no mês, que este ano foi menor em fevereiro por conta do Carnaval. "Ano passado o Carnaval foi realizado em março", lembrou o secretário. Destaque para o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que arrecadou mais de R$ 3,2 milhões neste segundo mês de 2012 e superou em quase 32% o montante arrecadado no ano passado. O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) manteve o mesmo patamar de 2011 e gerou receita de R$ 29,8 milhões aos cofres municipais. A evolução das transferências correntes provindas do Estado e União também foi tímida e demonstrou crescimento de apenas 6%. Em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) o repasse representou montante de R$ 72,7 milhões em fevereiro. No quadro global, incluindo arrecadação própria e repasses, a receita da Prefeitura de Manaus chegou a R$ 183,6 milhões, superando em mais R$ 6,7 milhões o montante do ano anterior.

Ao comparar com as cifras registradas em 2011, a receita tributária municipal já obteve avanço superior a 11% e gerou soma de R$ 86,3 milhões neste primeiro bimestre. O montante pode ser conferido ao excelente desempenho do ISSQN, que arrecadou R$ 67,7 milhões nestes dois primeiros meses de 2012 e sozinho representou fatia de 78,4% do total de receita acumulada.

No bolo total, incluindo receitas próprias e repasses, a soma já chega a R$ 401,7 milhões.

ALBERTO CÉSAR ARAÚJO

Imposto sobre transações que envolvem a transferência de imóveis, o ITBI, somou mais de R$ 3,2 milhões em fevereiro

ABEVD

Associação sai em defesa de empresas nacionais

Uma semana após a divulgação dos nomes das empresas de vendas diretas que vão passar a sofrer uma fiscalização mais rigorosa por parte da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (ABEVD) divulgou nota com a afirmação de que suas associadas estão adimplentes quanto ao recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A ABEVD informou, ainda, que o recolhimento do ICMS na venda direta é efetuado pelas empresas de forma antecipada, no momento da saída das mercadorias para os revendedores.

A entidade salientou que as vendas realizadas por revendedores ao consumidor final obedecem às determinações do regime de substituição tributária, onde as empresas recolhem o ICMS por toda a cadeia. "Nossas associadas são signatárias de códigos de ética e conduta e de normas estatutárias, que determinam o cumprimento de todas as normas estabelecidas pela legislação brasileira, inclusive tributária", afirmou o diretor-presidente da ABEVD, Sérgio Pompilio.

No último dia 9, a Sefaz publicou, no Diário Oficial do Estado, uma relação de nove empresas que vão ser fiscalizadas de forma mais rigorosa, nos próximos seis meses, após surgirem suspeitas de que o setor deixou de pagar 30% do ICMS que deveria ter sido recolhido nos últimos três anos, segundo o secretário executivo da Receita da Sefaz, Juarez Paulo Tridapalli.

PAGAMENTO

A ABEVD informou, em nota, que o recolhimento de ICMS na venda direta é efetuado pelas empresas de forma antecipada, no momento da saída das mercadorias para os revendedores

'Aperto'

Passarão a sofrer com a fiscalização mais severa as empresas Avon Cosméticos, Natura Cosméticos, Calamo Distribuidora de Produtos de Beleza, Amway do Brasil, Herbalife International do Brasil, Sociedade Comercial e Importadora Hermes, JDL Distribuidora de Perfumes e Comésticos, Nature` Sunshine Produtos Naturais e a SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal. **(AA)**

Apagão gera perdas na indústria e lojistas estimam danos de R$ 7,5 mi

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

O 'apagão' que atingiu a cidade de Manaus nas manhãs de domingo e ontem pode ter causado prejuízos da ordem de R$ 7,5 milhões, segundo estimativas da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus). Na indústria, o setor teve perdas que ainda não foram calculadas, mas que terão reflexos no fechamento dos relatórios de produção.

Segundo o presidente da CDL-Manaus, Ralph Assayag, com o blackout, vários estabelecimentos foram obrigados a fechar suas portas, perderam produtos e clientes e, na área de supermercados, o prejuízo foi mais acentuado. "Produtos perecíveis precisaram ser jogados fora. Só na área de alimentícios, podemos fazer o cálculo de três mil estabelecimentos que tiveram um prejuízo de R$ 2,5 mil, cada. Acredito faltar uma medida mais enérgica do governo federal, pois o próprio governador (Omar Aziz) já disse estar cansado disso", desabafou Assayag.

A indignação do empresário e presidente da entidade não se limitou apenas às perdas materiais, mas também às desculpas da empresa responsável pelo serviço, que, de acordo com ele "são sempre as mesmas". "Por incrível que pareça, já batemos muito nessa tecla com eles, mas existe uma proteção grande em cima da empresa e nós nunca somos restituídos enquanto lojistas", disse Assayag, ao criticar também a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pela ausência na fiscalização do serviço prestado pela Eletrobras Amazonas Energia.

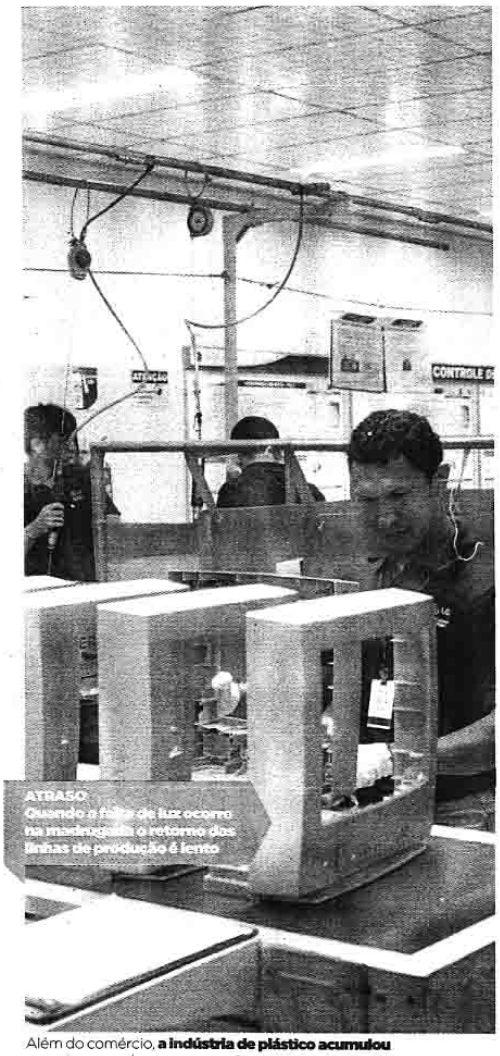
O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Ciem), Wilson Périco, foi enfático ao afirmar que um possível diálogo com a prestadora já se esgotou. "Nós sempre conversamos com a 'Amazonas Energia', mas faz 15 anos que o problema persiste. Muito foi dito em termos de melhorias, mas elas não foram percebidas. E isso, na verdade, não é só uma demanda da indústria, mas de toda a sociedade", comentou.

Périco criticou o fato de Manaus ser uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, mas não conseguir resolver esse problema e classificou a distribuição e a qualidade da energia fornecida no Amazonas como "péssima".

"Isso está nas mãos do governo. O poder público deve oferecer estrutura, porque nós somos contribuintes. O comércio também sofre com isso, eles precisam de energia para conservar os produtos e as máquinas para realizar as transações", completou.

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Manaus (Sinme), Athaydes Mariano Félix, ainda acredita que o diálogo com a empresa deve ser a primeira atitude dos empresários. "Esses assuntos devem se discutidos às claras, porque o preço que se paga no Amazonas é o mais caro do mundo. O Linhão de Tucuruí está vindo aí, e isso já pode ser encarado como um avanço mas, até lá, devemos ter muitos altos e baixos", analisou Félix.

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, também aposta no Linhão de Tucuruí como solução para os problemas no setor de energia.



ATRASO Quando a falta de luz ocorre na madrugada, o retorno das linhas de produção é lento

Além do comércio, **a indústria de plástico acumulou** as maiores perdas com o apagão

OS NÚMEROS

R$ 72 mil

Esse é o valor que uma indústria termoplástica de médio porte instalada em Manaus paga mensalmente pelo consumo de energia.

Antônio Silva.
Presidente da Fieam

Já pedimos interferência de políticos, ministros, do governo. Já pedimos até a Deus para diminuir os temporais e raios, pois nossa região apresenta as maiores incidências desses tipos de ocorrência climática"

TRÊS VEZES MAIS

Termoplástico tem danos ampliados

No setor termoplástico, duas horas não significam a mesma coisa no dia normal de um consumidor. O presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico de Manaus (Simplast), Carlos Alberto Monteiro, explicou que 120 minutos sem o fornecimento para uma indústria do segmento equivalem a seis horas paradas.

"No domingo, algumas empresas tiveram expediente e isso afetou bastante. Mesmo depois que a energia retorna, os técnicos precisam ligar as máquinas, aquecer a matéria-prima, mais de uma hora para limpar material segregado e, se na hora que faltou luz o molde estava fechado, o material restante também precisa ser retirado", exemplificou.

Ele salientou que quando falta energia de madrugada, um turno todo pode ser perdido pois, nesses horários, os técnicos mais especializados das fábricas não estão de serviço, obrigando os trabalhadores a esperarem amanhecer para retomar as atividades.

"A gente tem reclamado bastante e eles dizem que vão tomar providência, mas vemos que não está do jeito que gostaríamos. Tivemos reunião no começo do ano e agora vamos ter de ir lá novamente. O que a gente quer é uma energia de qualidade, pois pagamos uma das mais caras. Está faltando investimento suficiente por conta da idade da rede", reclamou Monteiro.

Em entrevista coletiva, a Eletrobras Amazonas Energia disse que em 2011 foram investidos R$ 1 bi na rede e que em 2013, os aportes devem chegar a R$ 1,5 bi.

D24am.com
AO VIVO VEJA VÍDEO AGORA

Leia também nas páginas 12 e 13

Sefaz estima queda de até 10% na arrecadação de tributos em março

Secretário Hisper aponta o desaquecimento da economia

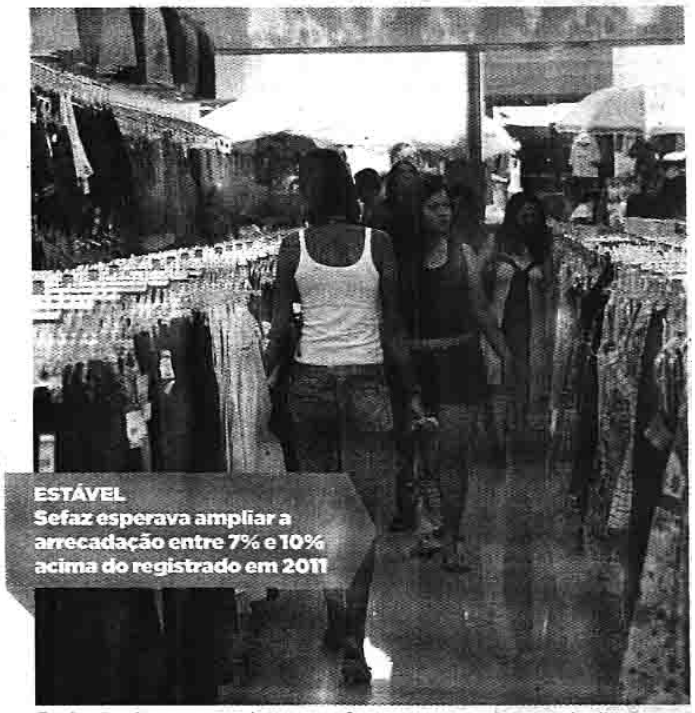
TEXTO Daisy Melo
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

A perspectiva da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM) é que a arrecadação tributária de março será entre 7% e 10% inferior à expectativa inicial, calculada considerando o último trimestre do ano passado. O reflexo do desaquecimento da economia mundial na indústria nacional é o motivo da retração nos índices projetados, segundo o titular da pasta, Isper Abrahim.

Com os últimos acontecimentos na economia global e a desvalorização do câmbio que ocasionaram a queda das exportações e o aumento das importações nacionais, a nova projeção da Sefaz para março é atingir montante equivalente ao mês de março de 2011, que chegou a R$ 506 milhões.

Para Isper Abrahim, segmentos pujantes do Distrito Industrial devem manter o equilíbrio. "Recebemos informações das indústrias de uma série de investimentos, em curto prazo, no Eletroeletrônico, são mudanças tecnológicas referentes ao setor de televisão de LED", adiantou. Além do Eletroeletrônico, Duas Rodas e Papel e Papelão são polos que devem 'segurar' o PIM.



ESTÁVEL
Sefaz esperava ampliar a arrecadação entre 7% e 10% acima do registrado em 2011

Redução do consumo interno e **das compras externas** sinaliza para a queda na arrecadação dos tributos estaduais

Segundo o secretário, o panorama econômico atual ainda é reflexo da crise de 2009. "Não vislumbro que seja uma crise tão grave como aquela, mas é preciso ter cautela, fazer um acompanhamento diário da evolução, porque muitos países da Europa e dos EUA ainda estão com problemas".

Dados da Sefaz mostram que a receita tributária alcançou R$ 522,6 milhões em fevereiro, montante 10,36% maior que o mesmo período de 2011, mas 2,74% abaixo do esperado. O montante de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no mês foi de R$ 482,2 milhões, 6,57% maior que e fevereiro de 2011. O valor também ficou abaixo da previsão do órgão, que esperava receber R$ 493,4 milhões.

Em 2011, um em cada cinco produtos consumidos no País foi importado

Setor de informática, eletrônicos e ópticos foi onde a importação mais avançou, diz pesquisa

TEXTO Agência Brasil

BRASÍLIA

Um em cada cinco produtos industriais consumidos no País no ano passado foi importado, informa o estudo Coeficientes de Abertura Comercial, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo o documento, a "participação de bens importados no consumo doméstico de produtos industriais alcançou nível recorde em 2011". O coeficiente de ingresso de produtos importados aumentou 2 pontos percentuais, entre 2010 e 2011, alcançando 19,8%. O maior aumento foi verificado no setor de informática, eletrônicos e ópticos, que saiu de 45,4% para 51%, seguido por derivados de petróleo e combustível (de 17,8% para 23,3%).

De 23 setores pesquisados, oito atingiram os níveis máximos da série histórica do coeficiente de penetração de importações, que começou em 1996. A maior participação de importação foi verificada na extração de carvão mineral (87%); seguida pelos setores de extração de petróleo e gás natural (54,5%); informática, eletrônicos e ópticos (51%); outros equipamentos de transporte (37,3%); e máquinas e equipamentos (36,8%).

A pesquisa também apurou que as exportações de produtos indústriais cresceram em 2011 para 19,8%, dois pontos percentuais acima do registrado em 2010.

OS NÚMEROS

22,9%

é o recorde de participação dos bens importados na economia, relativo ao ano de 2004, de acordo com informações da CNI.